



Dia Nacional de Luta intensifica mobilização pelo Teletrabalho



Em 12 de fevereiro, aconteceram diversos atos nas bases da FUP e da FNP, reunindo trabalhadores, principalmente, em frente aos escritórios da Petrobrás no Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia e Brasília, e outras unidades, no Dia Nacional de Luta pelo Teletrabalho.

Em Minas, o Sindipetro/MG se reuniu com trabalhadoras e trabalhadores no prédio do setor administrativo da Regap, em Betim. O diálogo foi sobre os impactos das mudanças unilaterais feitas pela Petrobrás na escala de teletrabalho.

Segundo o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, há disposição dos trabalhadores em intensificar a luta

pelo teletrabalho, inclusive com a possibilidade de assembleias com paralisações. “Em breve, o Sindicato vai convocar uma assembleia para avaliar estado de greve, como em outras bases, para pressionar a empresa a realizar negociações coletivas com as entidades sindicais sobre as regras do teletrabalho, respeitando a categoria”, afirma Guilherme.

A gestão da Petrobrás tem sido resistente às negociações coletivas. No último dia 7/02, o RH da empresa afirmou que ainda não possui autorização para negociar o teletrabalho e pediu um prazo de três semanas para apresentar uma resposta sobre se vai ou não negociar com as entidades sin-

dicais. Isso sem nem mesmo assumir o compromisso de não implementar nesse período os termos individuais de adesão ao teletrabalho, como reivindicado pela FUP.

Na última reunião com a gestão da empresa, os diretores da FUP cobraram explicações sobre os motivos que levaram a companhia a propor mudanças no regime de teletrabalho. “Qual é a razão da empresa? Precisamos entender a necessidade dessa mudança, isso tem que fazer sentido”, questionou Cibele Vieira, diretora da FUP e do Sindipetro SP. Segundo ela, faltam dados e números que justifiquem a nova demanda da Petrobrás.

A empresa alega que as

alterações visam acelerar projetos, mas não detalhou quais são esses projetos, tampouco apresentou estatísticas sobre a quantidade de trabalhadores afetados pela medida. Também não foram divulgados estudos sobre os impactos da mudança na qualidade de vida e na saúde mental dos empregados.

O objetivo da mobilização convocada pelas entidades sindicais, com um calendário de mobilizações da categoria petroleira, é pressionar avanços nas negociações com a empresa, para garantir maior previsibilidade às pessoas que estão em trabalho remoto e impedir ações unilaterais dos gestores.

Fórum de Efetivos enfatiza convocação de 100% do CR

Depois de onze anos, a Petrobrás voltou a abrir as portas para debater um assunto muito importante para a categoria petroleira. No dia 6 de fevereiro aconteceu o Fórum de Efetivos do Sistema Petrobrás, retomado pela FUP e FNP em ACT.

“Saudamos os avanços como a contratação de concursados nos últimos dois anos, mas também queremos avançar, rediscutindo a gestão e o planejamento de pessoal para reverter as maldades dos governos anteriores”, opina o diretor do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro.

Também estiveram presentes no Fórum os diretores do Sindipetro/MG Anselmo Braga e Renan Ragone. Os representantes de Minas cobraram a reprimeirização de setores do refino, o fim do modelo imposto pelo O&M, a readequação do efetivo das Termelétricas e a retirada de obstáculos para cessão de empregados para subsidiárias com falta de pessoal, como é o caso da PBio.

As federações enfatizaram a importância da convocação de 100% dos cadastros de reserva e destacaram que a interlocução com a gestão precisa avançar para garantir um planejamento contínuo de efetivos. Os representantes sindicais lembraram os impactos das privatizações, demissões e programas de desligamento dos últimos anos, que reduziram os quadros próprios da Petrobrás e suas subsidiárias de 86.108 trabalhadores, em 2013, para 46.730 em 2023.

Esse enxugamento teve um alto custo humano, afetando a saúde e segurança dos trabalhadores. A falta de reposição adequada compromete a segurança operacional, o respeito ao meio ambiente e a função social da empresa.

A FUP e a FNP também apontaram a necessidade de revisão da política de terceirização e a adoção de uma metodologia participativa para estudos de efetivos, considerando fatores como ergonomia e condições de trabalho.

RM e MIPE reincidem em desrespeitar direitos



O Sindipetro/MG recebeu mais uma grave denúncia sobre a RM Empreendimentos, contratada da Regap. Apesar das dezenas de denúncias feitas à Ouvidoria da Petrobrás pelos trabalhadores e das cobranças do Sindicato por fiscalização e retenção de pagamentos, as irregularidades persistem.

O histórico é de constantes atrasos salariais e falta de depósitos regulares do FGTS, sem o pagamento das multas. A empresa também falha no fornecimento de EPIs, exigindo assinaturas na folha de recebimento sem a devida entrega dos materiais. Além dos uniformes disponibilizados serem insuficientes, também há problemas na utilização do Plano de Saúde.

No mesmo caminho segue a empresa MIPE, prestadora de serviços na UTE Ibirité. Os trabalhadores estão com os salários e benefícios, como vale transporte e vale alimentação, atrasados, o que levou os trabalhadores a fazerem uma paralisação.

O Sindipetro/MG exige providências imediatas para garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas e proteger os trabalhadores dessas situações abusivas. “As denúncias são gravíssimas e inadmissíveis em um governo eleito com a expectativa de que seja revertida a destruição dos direitos da classe trabalhadora dos últimos anos. Até quando a Petrobrás vai permitir que, em suas unidades, trabalhadores tenham direitos básicos violados?”, questiona o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.